

RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.589 - SP (2014/0072144-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : VITAL ALVES PEREIRA FILHO - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : GUSTAVO VIEGAS MARCONDES - SP209894
EDUARDO MICHARKI VAVAS E OUTRO(S) - SP304153
RECORRIDO : CREDIFIBRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VITAL ALVES PEREIRA FILHO contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por VITAL ALVES PEREIRA FILHO contra decisão exarada nos autos da ação de obrigação de fazer proposta contra CREDIFIBRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

O eg. TJ-SP deu parcial provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 104):

"- Ação de obrigação de fazer, consistente na substituição do bem dado em garantia adicional ao contrato de financiamento com alienação fiduciária - Inaplicabilidade da regra do art. 259, V, CPC - Valor da causa deve corresponder ao benefício econômico perseguido pelo autor (CPC, art. 258), que, neste caso, corresponde ao valor do saldo devedor do contrato - Agravo parcialmente provido."

Inconformado, VITAL ALVES PEREIRA FILHO manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a", da CF/88, no qual alega violação dos arts. 258 e 259, inciso V, do CPC/73.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente a violação dos arts. 258 e 259, inciso V, do CPC/73, ao argumento de que, na ação mandamental em que se pretende substituir a garantia do contrato, o valor da causa deve corresponder com o valor dessa garantia, e não com a quantia do contrato.

O eg. TJ-SP, por seu turno, ressaltou que a substituição do bem dado em garantia envolve parcial discussão do contrato de financiamento, em especial a cláusula relativa à garantia; assentando que, como esta visa assegurar o adimplemento do saldo devedor, o valor da causa deve corresponder com o *quantum* das prestações vincendas. Para fins demonstrativos, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fl. 106):

"Na hipótese em tela, o autor pretende a substituição do bem dado como garantia adicional ao contrato de financiamento, com gravame de alienação fiduciária (fl. 48), envolvendo parcial discussão sobre o contrato, mais precisamente sobre uma de suas garantias.

Não obstante, preservada a convicção do D. Magistrado de 1º grau, como o agravante busca apenas a substituição do bem dado em garantia adicional ao contrato, não a sua revisão integral, não é razoável que o valor da causa corresponda ao valor total do negócio jurídico, o que ultrapassa o benefício econômico almejado pela parte.

Considerando que o objetivo da ação é a substituição do bem dado em garantia, que visa, em última análise, garantir o pagamento do saldo devedor, é razoável fixar o valor da causa no da soma das prestações ainda devidas."

Com efeito, a orientação firmada neste Sodalício é no sentido de que o valor da causa deve ser equivalente ao benefício financeiro pretendido pelo autor. Nessa linha de intelecção, confirmam-se:

"RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VALOR DA CAUSA. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. BENEFÍCIO ECONÔMICO. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. VALOR DA CAUSA ESTIMATIVO. POSSIBILIDADE. MERO REFORÇO ARGUMENTATIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO PELO MAGISTRADO.

(...)

4. O valor da causa deve corresponder ao do seu conteúdo econômico, considerado como tal, aquele referente ao benefício que se pretende obter com a demanda, conforme os ditames dos artigos 258 e 259, I, do Código de Processo Civil. Precedentes.

5. A jurisprudência desta Corte considera cabível o valor da causa meramente estimativo quando o autor da ação de indenização por danos morais deixa ao arbítrio do juiz a especificação do quantum indenizatório. Decisão da Corte local que se coaduna. Súmula 83/STJ.

6. Cabe ao juiz, quando do acolhimento da impugnação ao valor da causa, determinar o valor certo correspondente ao benefício econômico buscado com a demanda. Inteligência do disposto no art.

261 do CPC/73, vigente à época dos fatos. Precedentes.

7. Na hipótese em julgamento, o pedido de indenização deixa inteiramente ao juiz a fixação do valor indenizatório, sendo o montante milionário contido no corpo da inicial um simples reforço argumentativo.

8. Recurso especial conhecido e não provido."

(REsp 1704541/PA, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 22/02/2019, g.n.)

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA. VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA CAUSA. CORRESPONDÊNCIA. FIXAÇÃO. SISTEMAS LEGAL E VOLUNTÁRIO. RAZOABILIDADE NA ESTIMATIVA. NECESSIDADE. VALORIZAÇÃO E MORALIDADE DO SISTEMA JURISDICIONAL COLETIVO. FIXAÇÃO EM CARÁTER PROVISÓRIO E ESTIMATIVO.

1. Dispõe o art. 258 do CPC/1973 (art. 291 do CPC/2015) que o valor da causa deve apresentar correspondência com seu conteúdo econômico, considerado como tal o benefício financeiro que o autor pretende obter com a demanda, ainda que o provimento jurisdicional buscado tenha conteúdo meramente declaratório.

2. São dois os sistemas que orientam a fixação do valor da causa: o legal e o voluntário. No primeiro, a lei estabelece os critérios a serem observados; no segundo, o autor é livre para fixar uma estimativa. Mesmo no sistema voluntário de fixação, dever-se-á observar, em todas as oportunidades, o conteúdo patrimonial do pedido, salvo quando não houver qualquer conteúdo patrimonial.

3. A razoabilidade da estimativa do valor da causa há de prevalecer em todas as interpretações e soluções jurídicas, sendo necessária a consciência acerca dos objetivos do sistema processual e da garantia constitucional de acesso a ordem jurídica justa, sob pena de distorções, para evitar sejam impostos pelo juiz valores irrealis e às vezes conducentes a despesas processuais insuportáveis.

(...)

9. Recurso especial parcialmente provido."

(REsp 1712504/PR, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 14/06/2018, g.n.)

In casu, o recorrente pretende discutir uma das cláusulas do contrato relacionada à garantia ofertada pelo contratante, ora recorrido. Ainda que o recorrente tenha por finalidade apenas a substituição dessa garantia, o benefício financeiro aguarda relação com as prestações vincendas. Isso porque o contrato é o elemento principal, sendo a cláusula da garantia mero acessório. Ademais, o objetivo precípua da parte relaciona-se com o adimplemento do saldo devedor.

Desse modo, o v. acórdão estadual não merece reparos, pois, de fato, o

Superior Tribunal de Justiça

valor da causa deve guardar correspondência com o montante das prestações vincendas.

Assim, o apelo nobre não merece prosperar, pois não restaram evidenciadas as alegadas violações dos arts. 258 e 259, inciso V, do CPC/73.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator